

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.488.789 - PE (2019/0108900-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : OPS - PLANOS DE SAÚDE S.A  
**ADVOGADOS** : TACIANO DOMINGUES DA SILVA - PE009796  
GUSTAVO MONTENEGRO DE MELO FARIA - PE020362  
**AGRAVADO** : RAFAEL ALEX ARRUDA DA SILVA  
**INTERES.** : ALEX DIAS DA SILVA  
**ADVOGADO** : CAROLINE ALVES DIAS - PE030706

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por OPS - PLANOS DE SAÚDE S.A, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, assim ementado:

CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. NEGATIVA TÁCITA DE EXAME E DE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO (APENDICECTOMIA). PROCEDIMENTO PAGO PELA CONSUMIDORA. PEDIDO DE REEMBOLSO. REALIZAÇÃO POR PROFISSIONAL E EM HOSPITAL FORA DA REDE CREDENCIADA. PAGAMENTO INTEGRAL. DANO MORAL CONFIGURADO. MANUTENÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. APELO DESPROVIDO.

1. Se o consumidor é obrigado a buscar atendimento fora da rede credenciada, ante a conduta desidiosa da operadora de planos de saúde, é patente o dever de reembolso das despesas efetuadas, mormente considerando a urgência do caso, que exigia imediata realização de procedimento cirúrgico.

2. Ao demorar irrazoavelmente na autorização de exame simples, porém de caráter urgente, e do procedimento cirúrgico necessário ao combate da enfermidade que acometia o consumidor, a operadora de planos de saúde comete ato ilícito que aflige demasiadamente o consumidor, que já se encontra em estado de patente vulnerabilidade e fragilidade, sendo evidente o dano moral na espécie.

3. Majoração dos honorários de sucumbência, conforme art. 85, § 11, do CPC/2015.

4. Apelo desprovido.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega a violação do art. 12, VI, da Lei 9.656/98, no que concerne a não obrigatoriedade

da recorrente em custear os serviços realizados fora de sua rede credenciada, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Então, a regra é que se a rede credenciada estiver disponível o cliente deve ser atendido por esta. E, caso deseje ser atendido por não credenciados deve arcar. Mas, conforme dito, existe uma exceção que é: CASO DE URGÊNCIA + INDISPONIBILIDADE DA REDE CREDENCIADA (fl. 305).

O comando judicial ora guerreado impôs à Recorrente o ônus de arcar o tratamento de médico não pertencente a sua rede credenciada (fl. 305).

[...]

Consequentemente, resta claro que, apesar de ter entendido o MM Juízo a quo que se trata de caso de aplicação do Código de Defesa do Consumidor, não há abusividade no contrato celebrado entre as partes, eis que celebrado no mais restrito atendimento aos limites da boa-fé objetiva.

Pelo princípio da pacta sunt servanda o contrato fará lei entre as partes, desde que atendidos os limites da boa-fé objetiva, que por hora nenhuma foram ultrapassados pela Operadora Recorrente quando negou o custeio de serviços fora de sua rede credenciada.

Assim, a decisão objeto do presente recurso avaliou equivocadamente a questão que lhe foi posta e contrariou expressa disposição de Lei Federal, ao determinar o custeio pelo Recorrido do tratamento fora da rede credenciada (fl. 306).

A Recorrente não tem obrigação de arcar com tais serviços aos seus usuários, conforme prescreve a Lei de nº. 9656/98 (fl. 306).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega a violação do art. 884 do CC no que concerne à exorbitância do valor arbitrado a título de danos morais, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

*Data vênia*, incorreu em grave erro o Egrégio TJPE ao condenar a Recorrente ao pagamento de indenização por danos morais arbitrados no exorbitante valor de R 8.000,00 (oito mil reais), motivo pelo qual certamente vislumbra-se que este Colendo Superior Tribunal de Justiça deverá converter, ao menos em parte, a referida decisão, visto que, da ausência de ato ilícito na conduta perpetrada pela Recorrente, o valor do quantum arbitrado é demasiadamente excessivo (fl. 307).

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, assim se manifestou o Tribunal de Justiça de

Pernambuco:

Nesse ínterim, cumpre perquirir se o Apelado teria o direito de exigir o ressarcimento das despesas com os procedimentos realizados fora da rede credenciada da Apelante, com atenção especial às regras legais e regulamentares aplicáveis.

Segundo dispõe o art. 12, VI, da Lei no 9.656/99, o consumidor terá direito a reembolso das despesas efetuadas, caso não possa ser atendido na rede credenciada, especialmente em casos de urgência e emergência. Veja-se:

[...]

O dever de a Apelante arcar com as despesas efetuadas me parece claro.

Ademais, frise-se que esse dever é de pagamento integral da despesa, e não apenas do valor constante na tabela de referência do plano. Isso porque, a escolha de realizar o procedimento fora de um estabelecimento credenciado se deveu não à liberalidade do consumidor, nem a uma indisponibilidade de profissionais para atender ao caso, mas sim pela conduta ilícita da Apelante de negar o atendimento necessário, mormente diante da urgência inerente à complicação de saúde que acometia o Apelado.

Desta feita, não me parece consentâneo com o dever de reparação integral do dano (art. 944, do CC/02) restringir o dever da Apelante arcar com as despesas efetuadas pelo Autor, uma vez que o atendimento fora da rede credenciada se deveu à atuação negligente da Ré, que demorou demasiadamente para atender à urgência que lhe fora (fl. 289).

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 07/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, também incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso

especial”), uma vez que, muito embora possa o STJ atuar na revisão das verbas fixadas a título de danos morais, esta restringe-se aos casos em que arbitrados na origem em valores irrisórios ou excessivos, o que não se verifica no caso concreto.

Nesse sentido: “Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do óbice da Súmula n. 7 do STJ para possibilitar sua revisão. No caso, a quantia arbitrada na origem é razoável, não ensejando a intervenção desta Corte” (AgInt no AREsp 1.214.839/SC, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe 08/03/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.269.094/PR, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe 01/03/2019; AgInt no AREsp 1.386.578/SP, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe 13/03/2019; e AgInt no REsp 1.761.700/RO, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 26/02/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente